

## (D)O FEMININO EM MANIFESTAÇÃO: DISCURSOS DE RESISTÊNCIA NO ESPAÇO URBANO

Ceres Ferreira Carneiro<sup>1</sup>

Silmara Dela Silva<sup>2</sup>

Suzy Lagazzi<sup>3</sup>

Dois mil e dezenove vem sendo um ano tenso, desgastante, desolador para tod@s nós aqui presentes, diretamente envolvid@s com a prática educativa. Efeitos de uma política que se pauta pela desqualificação de todo investimento no saber, na produção e na circulação do conhecimento. Efeitos que nos mobilizam e nos demandam resistir. Falamos da resistência em sua prática simbólica (LAGAZZI, 2016), que nos permite continuar em movimento nos sentidos, no saber, na produção e na circulação do conhecimento.

Algumas inquietações nos direcionam quando focamos a educação em seus modos de resistir. Olhamos para as manifestações em favor da educação, protagonizadas em dois especiais momentos de 2019: o primeiro em maio; o segundo, em agosto. São manifestações que nos impõem trazer para esta nossa discussão o espaço urbano.

Tomar as ruas para resistir pela educação. Um gesto em que o feminino tem lugar de grande relevância. Este é justamente um dos pontos de nossa inquietação. Entendemos, assim, que a evidência do feminino na resistência pela educação, no espaço urbano da rua, merece nosso investimento.

Damos sequência ao nosso percurso retomando Pêcheux ([1983] 2008), em seu dizer acerca do trabalho do analista de discurso, face ao discurso tomado como estrutura e acontecimento. Assim nos diz Pêcheux ([1983] 2008, p. 57):

A posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise de discurso (...) supõe que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados.

À esteira do que nos propõe Pêcheux, voltamos nosso olhar aos gestos de identificação e resistência que (se) inscrevem (n)a luta feminina a favor da educação: “atos que surgem como tomadas de posição”, fazendo ver o feminino em sentidos que retornam, deslizam, irrompem em nossa conjuntura sócio-

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda em Estudos da Linguagem, vinculada ao Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS), da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: cerescarneiro@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Associada do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ (2018-2021). E-mail: silmaradela@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora Colaboradora do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Integrante do Centro PoEHMaS do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. E-mail: slagazzi@gmail.com.

histórica. Iniciaremos, para tanto, trazendo um breve histórico do processo de feminização do magistério no Brasil, a fim de colocar em cena as condições de produção desses discursos que nos propomos a analisar.

Segundo Vicentini (2003), só a partir do final do século XVIII a Escola, no Brasil, sai da tutela da Igreja e passa para a tutela do Estado, passando por um processo de institucionalização e estatização, mas sem deixar de continuar sofrendo forte influência da Igreja no seu modo de fazer: Igreja e Estado, portanto, mediarão (e mediam) a profissão docente em suas relações internas e externas, historicamente, no Brasil.

Para compreendermos, discursivamente, como o magistério se tornou um espaço, por excelência, do feminino, optamos por um recorte temporal e nos deteremos no período pós-República. Nóvoa (1991) nos diz que essa Escola, recém surgida e pretensamente laica, constituída no fim do século XIX, assume a educação das crianças que até então estava sob o encargo da família. A República, recém-instaurada, estabeleceu uma visão de escola que “domestica, cuida, ampara, ama e educa”. Ora, nessa perspectiva, a quem caberia educar a criança? Segundo Almeida (2006), “a figura da mulher atuante na escola-mãe que redime e encaminha para uma vida de utilidade e sucesso era esculpida em verso e prosa” (p. 61). Essa imagem projetada de mulher domesticada, cuidadora, generosa, delicada projetada, por sua vez, a imagem da professora ideal.

Estava criado um projeto de universalização do ensino e da democratização da Escola que fez com que proliferassem as Escolas Normais no país (a primeira surgiu em 1876, em São Paulo). Se as primeiras Escolas Normais eram oferecidas gratuitamente às moças de baixa renda, as da pós-República eram destinadas às moças de classe média e, a partir dos anos de 1940, às moças de classe média alta. Assim, as Escolas Normais foram moldadas para “educar as mulheres para tornar os homens melhores, instruir futuras mães para que contribuíssem para a grandeza da pátria”. Quem, senão a mulher, poderia “modelar uma infância saudável, patriótica e livre de vícios que degeneram a raça e a sociedade” (ALMEIDA, 2006, p. 80)? Através desse modo, a imagem da mulher-mãe à da mulher-professora.

Não é novidade que o feminino foi constituído em um lugar “pretensamente pertencente” ao masculino. O tornar-se mulher inferior, submissa, doméstica e domesticada é um efeito de sentido que se deu nos discursos sobre as mulheres, produzidos por homens, ao longo dos séculos. Logo, ser o magistério, sobretudo o infantil, um lugar de excelência das mulheres, foi um projeto masculino. Aos homens coube a apropriação do controle educacional e, portanto, o direito de ditar as regras e normatizar a instrução feminina, definindo quais lugares elas poderiam ocupar (ALMEIDA, 2006).

A posição de professora foi uma posição consentida pelos homens (pai, marido, padre, governante), justamente porque se configura historicamente como uma extensão das atividades domésticas já exercidas em casa pelas esposas-mães. Como nos traz Almeida, além de transformar as procriadoras incultas em futuras esposas educadas: “alicerces da moral, dos costumes, fiéis guardiãs do lar cristão e patriótico” (ALMEIDA, 2006, p. 99), o magistério garantia que o espaço público assumido pelas mulheres continuasse sendo um espaço doméstico, afinal, a docência se caracterizava como uma espécie de “sacralidade vocacionada”. Até a metade do século XX, o magistério infantil era uma das raras oportunidades que as

mulheres tinham de se deslocar habitualmente da casa e entrar para o mercado de trabalho, sem perder, com isso, a respeitabilidade social. A imagem projetada da “professorinha” angelical e honrada também era a imagem projetada da boa-mãe-dona-de-casa.

Retomar a naturalização do espaço educativo como lugar do feminino, decorrente desse processo histórico de feminização do magistério em nossa formação social, nos impõe perguntar por esse funcionamento imaginário hoje, momento em que tantas mulheres saíram às ruas para protestar contra os cortes na Educação e na Ciência. Difícil chamarmos de “professorinhas angelicais” as tantas mulheres que ocuparam as ruas nas manifestações de 2019.

Em 15 de maio de 2019, em resposta aos chamados “contingenciamentos de verbas” para a educação anunciados pelo governo federal, movimentos sociais, professores, estudantes foram às ruas de 210 cidades brasileiras, em ato pela educação (BARBOSA, 2019). Milhares de mulheres estavam lá com seus cartazes e suas reivindicações. Essa mesma cena se repetiu em 13 de agosto de 2019, com a convocação de novo ato pela educação, que levou de volta às ruas milhares de mulheres empunhando cartazes (REDAÇÃO RBA, 2019).

Esses atos – denominados “tsunami da educação” – colocaram em cena um discurso questionador das políticas governamentais adotadas pela ultradireita no poder, políticas que se pautam por cortes à educação pública e que vão na direção de cercear as possibilidades de inserção do sujeito na sociedade, com consequências fortes para o lugar da mulher e do feminino, que, como vimos, teve historicamente a educação sendo legitimada como seu lugar de atuação. Na cena de todas as manifestações no espaço urbano, destacam-se os cartazes. Postos em circulação em meio a outras materialidades significantes, eles se colocam no prolongamento dos corpos, marcando as reivindicações de diferentes maneiras e trazendo o feminino e a resistência em distintos modos de formulação.

Em análise acerca das marchas urbanas em seu funcionamento discursivo, Nunes (2013) já apontava para a especificidade do tomar as ruas a que assistimos na atualidade, marcado pela presença de inúmeros cartazes, repletos de enunciados que expressam uma coletividade e de outros que carregam formulações que marcam a singularidade. Nos termos do autor: “A marcha irrompe como um coletivo de indivíduos envolvidos pela escrita, são dezenas de cartazes que se espalham pelo corpo da marcha. (...) A marca irregular do traço manual, a singularidade, o gesto de autoria surgem como modo de identificação dos sujeitos (‘de carne e osso’) na multidão.” (NUNES, 2013, p. 74-75). No arquivo de imagens que constituímos para análise, temos cartazes portados por mulheres que enunciam a partir de um “nós” (estudantes, professores, brasileiros) afetados pelas decisões abruptas de um governo que se posiciona contrariamente à educação pública; em meio a outros que trazem marcas de subjetivação, especificando o lugar da mulher na resistência.

Quem são essas mulheres e o que nos dizem ao empunharem seus cartazes com tanta determinação? Corpos e cartazes vão compondo as cenas das ruas, com imagens e palavras ao mesmo tempo bastante diversas, mas convergindo no que concerne ao gesto de protestar contra os cortes na

educação e na ciência, reivindicar melhores condições futuras, confrontar-se com o momento presente e afirmar-se numa posição de luta. Este ponto de união dessas mulheres também nos convoca. É o intradiscursos que nos remete ao interdiscursos. São mulheres em luta, que trazem seus corpos como suporte para seus protestos, suas reivindicações, seus confrontos, suas afirmações, seus sonhos. Corpos que sustentam enunciados e imagens, e se prolongam no ecoar de memórias há muito represadas. Corpos que saem às ruas e se dão às lutas fazendo ressoar corpos historicamente coagidos, abusados, escondidos, maltratados... Mulheres Marielles, mulheres cientistas, mulheres gigantes, mulheres briguintas, mulheres bocudas, mulheres comunistas, mulheres cuidadoras, mulheres feministas, mulheres resistência. Uma resistência que se faz na rua, lugar de união e de dar corpo às lutas. A rua como princípio desorganizador do cerceamento que sempre circunscreveu o lar como guardião das moralidades e dos valores burgueses, e a mulher como sua rainha. Por isso, o simbolismo potente do gesto de sair às ruas! A rua é lugar do caos, de resistência, de encontro, de marcha, de briga, lugar de deslocar o bordado pra faixa e fazer das agulhas e linhas instrumentos de revolução.

Neste momento inicial de nosso trabalho, propomos pequenos gestos de análise de dois cartazes que constituem o nosso arquivo para pensarmos como a participação das mulheres em uma manifestação pública faz, nessas materialidades discursivas, ressoar sentidos sobre a Educação e o feminino que circularam em outras condições de produção; e, também, demarcam gestos de resistência.

**Figura 1** – Arquivo das autoras



Na cena urbana fotografada durante um dos atos, no centro do Rio de Janeiro, exposta na Figura 1, um conjunto de mulheres de cabelos grisalhos porta o cartaz que reproduz dizeres e o rosto estilizado de Paulo Freire (“Por uma educação pública libertadora”). A costura e o bordado foram por séculos (e talvez ainda sejam), uma das alternativas de a mulher ter uma fonte de renda sem que precisasse “negligenciar” suas tarefas domésticas. A aprendizagem e o ensino do bordado eram prerrogativas das primeiras escolas destinadas às mulheres: toda moça que pretendesse um “bom” casamento deveria dominar a arte das

agulhas. O bordado da faixa faz ecoar um discurso secular sobre o feminino. Contudo, nessas condições de produção, o bordado e as letras – que retomam a cor lilás, característica de movimentos feministas, na palavra “educação”; e a cor vermelho, característica da esquerda, na palavra “pública” – também apontam para sentidos do magistério como uma possibilidade de libertação da mulher, prática que lhe confere voz para dizer e para dizer de si, para formular suas próprias demandas, engajadas na luta política.

**Figura 2** – Nacho Doce/Reuters



Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/apos-dia-de-greve-protestos-tomam-av-paulista-e-candelaria-veja-fotos/>

Na Figura 2, os sentidos que associam educação a liberdade também se marcam. É no coletivo de mulheres (e alguns homens) que se escrevem tais palavras – letra a letra –, posicionadas em pedestais que perfazem o próprio corpo de cada manifestante. Sobre e sob cada letra há um rosto; em sua maioria, rostos de mulheres que têm voz e, com seus corpos-letras, preenchem o espaço entre prédios da avenida. O instrumento musical portado por uma das manifestantes – uma caixa de guerra – faz ecoar o grito de luta – “Lute como uma professora” –, diz o cartaz.

Na memória, ressoam as inúmeras greves protagonizadas pelas professoras de todo o país, desde a década de 1940 (VICENTINI, 2003), em resposta à precarização salarial que caracteriza o exercício da docência desde os seus primórdios. A desinência de gênero, especificando aquela que sabe lutar, faz retornar já-ditos acerca da desvalorização do trabalho da professora. Conforme registra Dias (2009), até meados do século XX, em decorrência da baixa remuneração, o magistério era para os homens uma ocupação acessória, uma espécie de “bico”, já que os poucos salários não atendiam às demandas da família de classe média; desvalorização salarial que se torna causa e efeito da feminização da docência, e que constitui, contraditoriamente, a posição de luta para a mulher professora. Afinal, como já nos advertia Pêcheux ([1984] 2014, p. 4, itálicos do autor), “colocar-se ‘sob o ponto de vista da reprodução’ no primado da luta de classes é necessariamente, colocar-se, *ao mesmo tempo*, sob o ponto de vista de quem se opõe

a essa reprodução, sob o ponto de vista da resistência a essa reprodução”. Reprodução e transformação constituem, contraditoriamente, as relações de produção.

Como gestos de resistência, tomar as ruas com cartazes que singularizam a luta das mulheres tem sido uma prática adotada historicamente por muitos movimentos feministas, e que se enlaça à cena política brasileira atual, fazendo ressoar nos movimentos de protesto e reivindicação o feminino como ponto fundamental de virada. O político tomando as ruas, na potência dos corpos de tantas mulheres que se prolongam nos cartazes empunhados, faz colocar em circulação o feminino na deriva dos sentidos que reclamam sua polissemia.

Para um efeito de fechamento provisório de nosso investimento no conceito de resistência pelo enfoque do feminino, na sua especificidade com a educação e com o espaço urbano, recorremos uma vez mais a Pêcheux, que afirma: “toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica” ([1982] 1990, p. 17). Fazer da luta palavra e dar corpo (feminino) aos cartazes em meio ao espaço urbano é resistir.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J.S. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J.R.; SOUZA, R.F.; VALDEMARIN, V.T. *O Legado Educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 59-107.
- BARBOSA, J. Protesto pela educação vira confronto no Rio: 210 cidades tiveram atos. *Metrópolis*. 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/protesto-pela-educacao-vira-confronto-no-rj-210-cidades-tiveram-atos>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- DIAS, A. Entre a posição de apóstolo e a condição de trabalhador: a profissionalização do magistério de ensino secundário (1931-1946). *Anais da 32ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. 2009.
- LAGAZZI, S. Verbete Resistência Simbólica. *Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins*. LAS, UFF. 2016.
- NÓVOA, A. Para um estudo sócio-histórico da gênese e do desenvolvimento da profissão docente. *Revista Teoria e Educação*, n. 4, p. 109-139, 1991.
- NUNES, J.H. Marchas urbanas: das redes sociais ao acontecimento. In: PETRI, V.; DIAS, C. *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013. p. 65-83.
- PÊCHEUX, M. [1984]. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Tradução de Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. *Décalages*, vol. 1, 2014. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>. Acesso em: 14 jun. 2016.
- PÊCHEUX, M. [1983]. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- PÊCHEUX, M. [1982]. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.
- REDAÇÃO RBA. Estudantes preparam novo “tsunami” da educação neste 13 de agosto. *Rede Brasil Atual*. 12 ago. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/08/estudantes-tsunami-educacao-13-agosto/>. Acesso em: 8 nov. 2019.
- VICENTINI, P. P. Celebração e visibilidade: o dia do professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963). *Revista brasileira de história da educação*, p. 9-41, 2004.